

PRONUNCIAMENTO – MEDALHA VAZ DE MELLO

DESEMBARGADOR MAURÍCIO SOARES

Data: 25 de abril de 2023

Horário: 14h - Local: Auditório do TRE

Senhoras e senhores,

Definir o nome de quem seria agraciado com Medalha do Mérito Eleitoral Desembargador Vaz de Mello não foi uma tarefa simples. Foi uma decisão de muita responsabilidade, pois esta insígnia foi instituída com o nome de uma das grandes referências para a magistratura e Judiciário mineiro, o Desembargador José Norberto Vaz de Mello. A ele devemos sempre render as nossas homenagens, e cumprimento aqui a sua filha, Elizabeth Vaz de Mello, que sempre prestigia este Tribunal com a sua presença.

Com o olhar voltado para o reconhecimento de pessoas que tenham contribuído para o engrandecimento da Justiça Eleitoral, o Conselho da Medalha, composto pela Presidência, pela Vice-Presidência e Corregedoria, pela Procuradoria Regional Eleitoral e pela Diretoria-Geral,

chegou ao nome do jovem magistrado Matheus Moura Matias Miranda.

Recorro às palavras do líder indígena Ailton Krenak, em “O Eterno Retorno do Encontro” para falar sobre a essência da nossa escolha:

“ ‘Você não pode se esquecer de onde você é e nem de onde você veio, porque assim você sabe quem você é e para onde você vai’. Isso não é importante só para a pessoa do indivíduo, é importante para o coletivo, é importante para uma comunidade humana saber quem ela é, saber para onde ela está indo...”.

O Judiciário, especialmente a Justiça Eleitoral, precisa voltar os seus olhos para a Primeira Instância, para perto de todo o povo, de todos os povos. Isso porque o princípio democrático está não só na observância da ordem jurídica, mas também no respeito às minorias, em especial àquelas estigmatizadas pela situação de vulnerabilidade a que estão injustamente expostas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos ressalta, já em seu preâmbulo, que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

Por isso, senhoras e senhores, essa homenagem de hoje tem por objetivo valorizar atitudes como a do magistrado Matheus.

Em maio do ano passado, estive em uma das comunidades indígenas em que o projeto "Democracia, cidadania e justiça" é desenvolvido, no município de Santa Helena de Minas. Lá vi um povo extremamente interessado no processo democrático, representado aqui pelas indígenas Maxakali Maria Diva, Margarida e João Bide. A maioria demonstrava vontade de participar do processo eleitoral de fato. A aproximação feita pelo Judiciário ali foi respeitosa, baseada nas melhores recomendações antropológicas, ouvindo as necessidades da própria comunidade.

O mais interessante do trabalho estava justamente isso: foi baseado no diálogo com o povo Maxakali. Em rodas de conversa, eles apresentavam as suas necessidades. E, a partir da escuta, o juiz Matheus atuou entre os órgãos pú-

blicos na busca de promover uma movimentação genuína de atenção àquele povo conhecido pela sua resistência.

Matheus conduziu um processo que envolveu a Justiça Comum, o Ministério Público, a FUNAI, as polícias e, especialmente, a nossa Justiça Eleitoral, no sentido de atender as necessidades dos cerca de 1.500 indígenas que vivem na região.

Os desafios foram muitos: a região de Águas Formosas é uma das mais carentes do Estado, o que se reflete na infraestrutura dos órgãos públicos e nos recursos disponíveis. A distância entre a sede da comarca e as aldeias chega a 80 quilômetros em estrada de terra.

É complexo operacionalizar qualquer ação: além da disponibilidade de energia elétrica e internet, é preciso pensar no deslocamento dos próprios indígenas. Os Maxakali falam um idioma próprio, o que exige tradução simultânea. Ou seja, foi um trabalho hercúleo de logística, relações institucionais, matemática e muito diálogo.

A expressão mais democrática e inovadora desse projeto se concretizou no âmbito da Justiça Eleitoral, por isso a destacamos aqui. A nossa urna eletrônica foi adaptada ao

contexto daquele povo. Imagens e linguagem Maxakali foram inseridas no sistema de votação para que cada indígena pudesse se preparar para participar do processo eleitoral.

É verdade que todo o procedimento que chamamos de “eleição parametrizada” contou com a participação dedicada das equipes do cartório eleitoral de Águas Formosas, da Escola Judiciária Eleitoral, da Secretaria de Tecnologia da Informação e da Secretaria de Comunicação, aos quais agradeço e parabenizo.

Mas o fato é que Matheus foi semente. E a árvore está gerando muitos frutos.

Em menos de um ano, o projeto ganhou reconhecimento dentro e fora do país. Aqui no TRE-MG estamos em movimentação para institucionalizar as iniciativas voltadas para os povos indígenas do Estado e os olhares se voltaram para projetos que, de fato, busquem a reparação histórica de mais de 500 anos com os nossos povos originários.

É urgente que se promova uma cidadania indígena efetiva. Isso não se faz sem a participação política desses povos, de modo a orientar as políticas públicas.

Nessa linha, enfatizo que a democracia não se resume a escolhas periódicas, por voto secreto e livre, de governantes. Democracia é, também, exercício constante de diálogo e de tolerância, de mútua compreensão das diferenças, de discussão pacífica de ideias distintas, até mesmo antagônicas.

Não se pode suprimir a opinião dos grupos minorizados, muito menos restringir ou comprometer direitos constitucionalmente assegurados, por isso a inclusão desses povos é tão importante.

A Justiça Eleitoral é a Justiça da Democracia. A nossa missão é a de garantir a legitimidade do processo eleitoral. E para ser legítimo, esse processo precisa da participação de todas e todas, indistintamente.

Por isso o juiz Matheus, com todo o trabalho feito à frente da Justiça Eleitoral em Águas Formosas, merece o nosso reconhecimento e aplauso.

Muito obrigado!